PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2012

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2010, de 21 de outubro, criou o Programa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública (GeRALL) e incumbiu a Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública, E. P. E. (GeRAP), de proceder à implementação da solução de Gestão de Recursos Financeiros e Orçamentais em modo partilhado (GeRFiP).

Nos termos do n.º 9 daquela Resolução foi outorgado, em setembro de 2010, o contrato-programa entre o Estado Português e a GeRAP para disseminação da solução GeRFiP.

Este contrato-programa foi objeto de uma adenda, celebrada em 16 de junho de 2011, na qual se estabeleceram os serviços a prestar pela GeRAP em 2011 e em 2012 e, consequentemente, o aumento dos encargos previstos no contrato-programa.

Atendendo a que, em 2011, a GeRAP cumpriu as obrigações decorrentes desta adenda procede-se agora à autorização para o pagamento dos serviços prestados que não se encontravam previstos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2010, de 21 de outubro, e resultaram da referida adenda, fixando, também, o montante a pagar pelos serviços a prestar pela GeRAP no ano económico de 2012.

Assim:

Nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Autorizar a despesa com a disseminação da solução GeRFiP pelos órgãos e serviços da Administração Pública, durante o ano de 2012, no montante de € 17 220 000, o qual inclui IVA à taxa legal em vigor.

2 — Determinar que o montante referido no número anterior destina-se igualmente ao pagamento de compromissos relativos a serviços prestados pela GeRAP em 2011.

3 — Delegar no Ministro de Estado e das Finanças a competência para aprovar a minuta e celebrar a adenda ao contrato-programa celebrado com a GeRAP, por forma a adequar a autorização dos serviços a prestar e dos pagamentos a efetuar, em conformidade com a autorização concedida pela presente resolução.

4 — Determinar que a presente resolução produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

Presidência do Conselho de Ministros, 19 de abril de 2012. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Aviso n.º 29/2012

Por ordem superior se torna público ter a República de Malta depositado, junto do Secretário-Geral do Conselho da Europa, a 13 de abril de 2012, o seu instrumento de ratificação à Convenção sobre o Cibercrime, aberta à assinatura em Budapeste, a 23 de novembro de 2001, tendo

procedido à emissão das seguintes declarações, referentes ao depósito do seu instrumento de ratificação:

Tradução

Declarações contidas numa comunicação da Representação Permanente da República de Malta, depositadas com o instrumento de ratificação a 12 de abril, original em inglês

De acordo com o artigo 24, parágrafo 7, da Convenção sobre o Cibercrime, a República de Malta designa como autoridade responsável pelo envio ou receção de um pedido de extradição ou pedido de prisão preventiva, na falta de uma Convenção:

O Ministério da Justiça, Gabinete do Primeiro-Ministro, Aubergue de Castille, Valletta VLT 2000, Malta.

De acordo com o disposto no artigo 27, parágrafos 2 e 9.e, da Convenção sobre o Cibercrime, a República de Malta designa como autoridade central:

O Gabinete do Procurador-Geral, The Palace, Valletta, Malta, *email*: ag.mla@gov.mt.

De acordo com o disposto no artigo 35 da Convenção sobre o Cibercrime, a República de Malta declara que o ponto de contacto para os efeitos da rede 24/7 é:

Unidade de Cibercrime, Polícia de Malta, Police General Headquarters, Floriana, Malta.

Portugal é Parte desta Convenção, aprovada para ratificação pela Resolução da Assembleia da República n.º 88/2009 e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 91/2009, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 179, de 15 de setembro de 2009, tendo depositado o seu instrumento de ratificação à Convenção a 24 de março de 2010.

A Convenção sobre o Cibercrime entrou em vigor na ordem jurídica portuguesa a 1 de julho de 2010.

Direção-Geral de Política Externa, 26 de abril de 2012. — O Diretor-Geral, *Rui Filipe Monteiro Belo Macieira*.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Assembleia Legislativa

Decreto Legislativo Regional n.º 21/2012/A

Estabelece o regime jurídico de revelação e aproveitamento de bens naturais existentes na crosta terrestre, genericamente designados por recursos geológicos, integrados ou não no domínio público, do território terrestre e marinho da Região Autónoma dos Açores.

O Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de março, emitido no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 13/89, de 29 de junho, fixou o regime jurídico aplicável à revelação e aproveitamento de bens naturais existentes na crosta terrestre, genericamente designados por recursos geológicos, integrados ou não no domínio público, com exceção das ocorrências de hidrocarbonetos.

Aquele diploma estabelece, no seu artigo 52.º, a sua aplicabilidade às Regiões Autónomas, sem prejuízo das